



## ORIENTAÇÃO SEXUAL E DIVERSIDADE DE GÊNERO NO ENSINO BÁSICO

Wylamys Santos de Lima<sup>1</sup>  
Mariana Santos Lima<sup>2</sup>  
Márcia Eliane Silva Carvalho<sup>3</sup>

**GT6** - Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo discorrer a respeito da importância da orientação sexual e diversidade de gênero em sala de aula, para amenizar o processo depreciativo da auto aceitação e também a aceitação dessas diferenças presente em nosso entorno para que cheguemos a uma sociedade mais humana e democrática. Para tal, foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema, a fim de construir uma fundamentação teórica para este trabalho, como artigos científicos, livros, revistas e afins. Essa é uma problemática que pode ser desenvolvida de forma multidisciplinar, mas que na Geografia pode ser trabalhada partindo do prelúdio da discussão a respeito da formação brasileira, e sua composição em aspecto de Geração, Gênero e Trabalho, onde são discutidas as atribuições destes aspectos sociais com a discussão de gênero, sendo esse um gancho para associação entre ensino formal e formação cidadã em sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino, Inclusão, Respeito e Diversidade.

### ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of the discussion of sexual orientation and gender diversity in the classroom to soften the deprecating process of automatic acceptance and also the acceptance, on average, of an environment for us to reach a more humane society and democratic. This research was carried out from a bibliographical survey on the subject, in order to build a theoretical foundation for the work, as scientific authors, books, magazines and the like. This is a problem that can be developed in a multidisciplinary way, but that in Geography can be worked from the prelude of discussion on the construction of the Brazilian, and its composition in Generation, Gender and Work, where they are discussed as attributions With a discussion of gender, being this a hook for the association between formal education and citizen training in the classroom.

**Keywords:** Teaching, Inclusion, Respect and Diversity.

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, wylamys@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, marybaptista18@outlook.com

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Geografia e coordenadora do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS) da Universidade Federal de Sergipe, marciacarvalho\_ufs@yahoo.com.br



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de trabalhar temas como orientação sexual e diversidade de gênero no ensino básico, onde de um lado tem interesse em deixar explícito a diferença e os privilégios de determinado gênero, e em contrapartida deixar evidenciado uma determinada subordinação de outro gênero, que geralmente é a dos gêneros femininos, tentando ao máximo explicar e entender que não existe apenas uma binaridade deste como foi construído na sociedade ao longo da história.

Assim, esta proposta visa proporcionar uma educação baseada nos princípios do respeito para com as diferenças, a aceitação, com os pressupostos da compreensão de si, auto aceitação, de forma a assegurar o direito de uma educação inclusiva voltada para todo cidadão, já que pesquisas qualitativas apontam que o maior grau de evasão das escolas é de pessoas LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais, Queer e Intersexuais) de forma associada ao ódio e à violência perpetrada contra essa população dentro do âmbito escolar, o que de certa maneira interfere no viver social de cada indivíduo, dentre outros fatores que compõem a saúde mental destes.

Este é um tema que deveria ser tratado em todos os cenários do viver social, já que é de extrema necessidade e importância ter conhecimento sobre diversidade de gênero, e respeito para com as diferenças intrínsecas a sociedade, partindo da premissa de que não existem discussões suficientes no corpo social, e que de certa forma tem-se propagado a intolerância. Partindo do axioma de que existem apenas dois gêneros (Masculino e Feminino) como tem sido historicamente construído na sociedade, e a relevância da discussão deste assunto, levando em consideração as questões que estão intrínsecas ao processo de subalternação do feminino e de suas variadas expressões.

Sendo assim o presente trabalho pretende tratar sobre a importância de se discutir a respeito da diversidade de gênero nas escolas e a não aceitação da mesma numa sociedade ainda conservadora e que se baseia na moral de determinadas religiões para definir toda uma sociedade que não deve ser definida apenas de acordo com a moral de religiões, já que é inerente a essa sociedade atual as diferenças não só relacionado com a sexualidade. Podendo partir do prelúdio da discussão a respeito da formação da população brasileira, e sua composição em aspecto de Geração, Gênero e Trabalho, onde são discutidas as atribuições destes aspectos sociais com a discussão de gênero, onde por vezes é perpetuado a diferença e



11enfope  
12fopie

ISSN: 2179-0663

11 ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

12 FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL

4º ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DE PROFESSORES SEÇÃO SERGIPE

REALIZAÇÃO

APOIO



A FORMAÇÃO ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

exaltado a sujeição do ser feminino (feminilidade) sob o ser masculino (masculinizado), como ocorre em todas as sociedades patriarcais.

A base metodológica contou com uma pesquisa bibliográfica sobre educação, diversidade de gênero, orientação sexual, metodologia tradicional de ensino e de direitos humanos, com aporte teórico de variados autores, como: Behrens (2015), Carvalho (2016), Diniz e Silva (2008), Oliveira (2006), Santana (2018) e Junqueira (2009).

## DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que sociedade brasileira possui um histórico perverso de desigualdade social e exclusão por várias condições, as mais perceptíveis são pela classe econômica, etnia, religião, orientação sexual e identidade de gênero. Independentemente de termos uma nação constitucionalmente laica, democrática, inclusiva e que rege um respeito a todos os cidadãos, é evidente que isso nem sempre é seguido ou respeitado, pois os índices de violência contra esses grupos que são ditos minoritários, são exorbitantes e assustadores.

Todas essas exclusões, desigualdades e violências são refletidas no sistema educacional brasileiro, tanto em escolas privadas como em escolas públicas, pois o modelo de educação utilizado em sua maioria ainda hoje é infelizmente o modelo tradicional e conservador, que se encontra defasado e não atende as necessidades dessa sociedade que está em constante transformação e acima de tudo recebe influências da globalização, e por isso, é diversa e multicultural. A metodologia usada nesse modelo tradicional, tende a colocar o aluno numa posição passiva, onde apenas recebe as informações do professor, e as memoriza. O aluno não é estimulado a desenvolver seu senso crítico e por isso não consegue ter sua própria visão de mundo, construída a partir de análises da realidade.

As submissões das várias nuances do gênero feminino é decorrente de uma sociedade machista e patriarcal construída ao longo da história e embasada numa ética e moral religiosa que leva em consideração interesses de apenas alguns grupos sociais, excluindo outros, que torna o universo feminino subordinado ao masculino e é base para a prática dos vários tipos de violência e suas intensidades, física ou psicológica, onde o feminino é dado como posse e deve estar submetido a variadas situações desconfortáveis e desrespeitosas.



Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 35% dos assassinatos de mulheres no mundo, são cometidos por seus parceiros. Segundo Junqueira (2009) a cada dez minutos, uma mulher é vítima de estupro no Brasil.

O Brasil lidera o ranking dos países mais homofóbicos no mundo (JUNQUEIRA, 2009). Por essas estatísticas, nas últimas décadas vem sendo importante perceber a educação como instrumento necessário para enfrentar situações de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos nos diferentes espaços sociais. A escola brasileira vem sendo chamada a contribuir de maneira mais eficaz no enfrentamento do que impede ou dificulta a participação social e política e que, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução de lógicas perversas de opressão e incremento das desigualdades.

É a partir dessa educação que conscientiza e sensibiliza que essas questões sociais de preconceito, violência e exclusão ganham importância dentro da unidade escolar. As reflexões nas escolas em torno das violências sofridas pela população pobre, de média e baixa classe, e sobre o racismo são mais comuns e aceitas mais facilmente. Já as reflexões em torno da orientação sexual e da identidade de gênero ainda são pouco realizadas, por conta da sociedade ainda altamente conservadora, seguidoras de uma hegemonia religiosa opressora e que pouco entende sobre as diversidades humanas.

As escolas ainda são carentes de profissionais que tomem a iniciativa de realizar essas discussões. Que mostrem que existe uma diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e que mostre que existe uma diversidade dos mesmos.

Ao longo do tempo várias conquistas foram alcançadas se tratando dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI, como por exemplo, a *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)* que foi realizada em maio de 2008, no ano seguinte, como resultado dessa primeira conferência foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (PNPCDH de LGBT)

Composto por 51 diretrizes que devem ser transformadas em políticas de Estado. Entre elas estão: o “combate à homofobia institucional”; “a inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero”; “a legalização do direito de adoção dos casais que vivem em parceria homoafetiva” (CARVALHO, 2016, p. 45).



No campo específico da política educacional, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, estabelece que “a educação é dever da família e do Estado, inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, não fazendo menção às desigualdades de sexo e gênero. Essa problemática das relações de gênero só aparece nos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN) publicados em 1998, onde diz que “a construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino”.

Os PCN afirmam o princípio de equidade e oferecem sugestões de abordagem das relações de gênero no contexto das disciplinas e áreas de estudo do currículo; de crítica ao material didático quanto as mensagens preconceituosas e estereótipos ligados ao gênero; e de trabalho com as relações de gênero nas diversas situações do convívio escolar, nas relações entre professor e alunos na sala de aula, nos grupos de estudo e no recreio (CARVALHO, 2016, p. 46).

Contudo em dezembro de 2014, entra em vigor o atual Plano Nacional de Educação 2014-2024, nesse PNE foram excluídas as questões de gênero e orientação sexual, demarcando um retrocesso (CARVALHO, 2016). Baseado no argumento da “ideologia de gênero”, grupos religiosos, além de deputadas e deputados conservadoras/es pressionaram o Congresso Nacional para que o texto original do PNE – que versava sobre a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia da acessibilidade” (CARVALHO, 2016, p. 47). Não fosse aprovado, o que aconteceu. Onde esse texto foi substituído por diretrizes mais genéricas.

É imprescindível o esclarecimento de alguns termos, como: orientação sexual que está relacionada à atração que se sente pelos outros indivíduos, e a identidade de gênero, que seria a forma como o indivíduo se percebe em relação ao gênero que possui. Dentro dessas definições ainda existe uma maior diversidade. Exemplos de Orientação Sexual: - Homossexuais: é a atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo gênero/sexo. As lésbicas, nesse contexto, são mulheres que gostam de mulheres, e os gays são homens que gostam de homens, também sendo o termo usado para mulheres.

Faz-se necessário o esclarecimento a respeito da homoafetividade, uma vez que, na maioria das vezes o preconceito vem exatamente de um conceito mal formulado na mente dos indivíduos, sendo apenas reproduções de ideias que os acompanham desde o nascimento, prova dessa reprodução, são piadas preconceituosas a respeito de homossexuais que atravessam gerações e



somente tem sentido para aqueles que estão condicionados por um pensamento alienado (SANTANA, 2018, p.2).

Heterossexuais: é a atração afetiva e sexual por pessoas do gênero/sexo oposto. - Bissexuais: seria a atração afetiva e sexual por qualquer pessoa do binarismo de gênero: “homens” ou “mulheres”. - Assexuais: a assexualidade diz respeito às pessoas que não sentem atração por nenhum gênero. Mas vale ressaltar que ainda é uma “sexualidade” em construção. - Pansexuais: é a atração afetiva ou sexual que não depende de gênero ou sexo. Existem ainda três tipos principais de Identidade de Gênero: O transgênero é o indivíduo que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo: uma pessoa que nasce com características masculinas (do ponto de vista biológico), mas que se sente do gênero feminino; ou o indivíduo que possui características físicas femininas, mas que se identifica como um homem. O cisgênero consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença". Por exemplo: um indivíduo que possui características biológicas típicas do gênero masculino e que se identifica (socialmente e psicologicamente) como um homem. Desta forma, pode-se dizer que trata-se de um homem cisgênero. O não-binário é a classificação que caracteriza a mistura entre masculino e feminino, ou a total indiferença entre ambos. Os indivíduos não binários ultrapassam os papéis sociais que são atribuídos aos gêneros, criando uma terceira identidade que foge do padrão “homem-mulher” (CARVALHO, 2016).

Refletindo sobre todas essas diferenças associadas ao contexto do espaço escolar pode-se afirmar que:

A nova realidade da sociedade do conhecimento tem desafiado o professor a repensar a prática pedagógica e se tornar um investigador, articulador, mediador e pesquisador crítico e reflexivo. Nesse contexto, além de um profissional competente, precisa tornar-se um cidadão autônomo e criativo que saiba solucionar problemas e manter constante iniciativa para questionar e transformar a sociedade. Na sociedade do conhecimento, um movimento da ciência começa a tomar força, exigindo uma visão inovadora de pensar e de conceber o universo. Para tanto, a ciência propõe um novo paradigma baseado no pensamento complexo.

Designado como paradigma da complexidade, tem forte influência na educação e nas demais áreas de conhecimento. Esse paradigma instiga a buscar uma formação mais ampliada e complexa dos professores e dos alunos. Com esse enfoque, propõe a visão crítica, reflexiva e transformadora na Educação e exige a interconexão de múltiplas visões, abordagens e tendências (BEHRENS, 2015, p. 95)



O respeito aos alunos que não se identificam com a orientação sexual e a identidade de gênero impostas pela sociedade machista, patriarcal, LGBTfóbica, são assegurados por leis, portanto faz-se necessário a leitura dessas leis: Direitos das Mulheres - Lei 18.447 - 18 de Março de 2015 - Publicada no Diário Oficial nº. 9414 de 19 de Março de 2015 - Institui a Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais. Promoção de Direitos LGBT - Fundamentação Legal para elaboração do Regimento Escolar - Orientação Conjunta nº 02/2017 - SUED/SEED - inclusão do nome social nos registros escolares internos do aluno e/ou da aluna menor de 18 (dezoito) anos. Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010 - Institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio. Resolução nº. 12, de 16 de janeiro de 2015 - Conselho Nacional de Combate às Discriminações e promoções dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais CNCD/LGBT. Sobre o reconhecimento institucional da identidade de gênero. Lei Estadual -18 de Maio de 2009 - Semana de orientação sobre gravidez na adolescência; 1ª semana de maio. Lei 11734 - 28 de Maio de 1997 - Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus. Decreto 5.167 de 3 de agosto de 2004 - Estende o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Lei 13.104 de março de 2015 - Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (JUNQUEIRA, 2009).

A reflexão em torno de todas essas diversidades é essencial no sistema educacional, na construção de uma sociedade mais justa e na formação de cidadãos mais empáticos e menos individualistas. E para assim o sistema educacional seja este reflexo justo dessa nova sociedade, onde todos os alunos e todo o universo escolar sejam aceito e respeitado dentro de suas características, e para que todos possam ter uma educação de qualidade sem que sua saúde mental e seu corpo sejam violados. Tendo em vista a defesa de uma escola laica, plural, democrática e comprometida com a justiça social e a equidade.

É um desafio ao docente, ao coordenador da escola, a direção escolar pensar em uma proposta de ensino que considere estes elementos acima citados de forma a construir a real



formação cidadão, pautada tanto em conteúdos acadêmicos quanto em elementos do viver em sociedade.

Como já foi explanado, o modelo tradicional de educação é, infelizmente, o mais utilizado no nosso sistema educacional, modelo este conservador antidemocrático e violento, e que se encontra defasado, não atendendo mais às necessidades dessa sociedade globalizada e que está em constante transformação. A metodologia usada no modelo tradicional é a expositiva, que possui grandes defeitos no momento de ensino-aprendizagem, pois o aluno é colocado numa posição passiva, em que apenas recebe as informações do professor, e as memoriza. O aluno não é estimulado a desenvolver seu senso crítico e sua própria visão de mundo.

Portanto a utilização dessa metodologia tem sido vã e improfícua no que está relacionado com o trabalho destas novas temáticas existentes na atualidade. Essas transformações constantes estão trazendo uma nova realidade para a sociedade do conhecimento, onde tem desafiado o professor a se tornar um investigador, articulador, mediador e pesquisador crítico e reflexivo, para que só assim, o mesmo seja um cidadão ativo, envolvido nas decisões e resoluções dos problemas existentes na sociedade.

Sendo assim, é necessário a atualização deste corpo docente para trabalhar essas as questões gerais do preconceito, como racismo, sexismo, misoginia e androcentrismo. Partindo da ideia do preconceito em que está inserida a população brasileira, seja para com negros, mulheres e principalmente a parcela LGBTQI, expondo as várias expressões do preconceito seja ele em sua melhor camuflagem ou não, tentar contruir com os alunos a reflexão e concomitantemente o senso crítico, mostrando os tipos de frases e comentários que mesmo que pareçam inofensivos, por já estarem naturalizados, não o são, como por exemplo: “nequinho”, magia negra, cabelo ruim; ver a mulher somente como dona e edificadora do lar, dizer que afazeres de casa é coisa de mulher, que elas não podem exercer determinada tarefa por exigir força física, menosprezar sua capacidade intelectual, “mandar” a mãe/esposa/irmã passar sua camisa, esquentar seu almoço, arrumar sua cama, como se essas fossem tarefas unicamente atribuídas a elas; se referir as pessoas com orientação sexual homossexual como “viadinho”, “sapatão”, “fru-fru”, dizer que uma mulher só é lésbica por que ela não conheceu um homem de verdade, dentre outras diversas formas em que o preconceito pode ser expresso.



Esclarecer a normalidade entre as relações afetivas e sexuais entre seres do mesmo gênero, discutindo o quão necessário é o respeito para com o outro indivíduo independente de suas condições, e a importância de tratar seres humanos simplesmente como seres humanos, e evidenciar que não é por ser diferente que o outro é inferior.

A necessidade da discussão desta temática no ensino básico, é justamente importante para que se construa uma sociedade cada vez mais democrática, pautada no respeito e na integridade, na aceitação das diferenças, de forma que esta seja mais justa e igualitária. Para que das violências que essa parcela da população sofre, como o grau de homicídio, agressão física, verbal, sexual, agressões vividas dentro da família, o quanto de pessoas que são expulsas de casa simplesmente por não se adequarem ao modelo machista e patriarcal que a sociedade tradicional necessita seja cada vez mais erradicada.

No Brasil, os estudos gays e lésbicos ainda não prosperaram nem se legitimaram academicamente, como por exemplo, nos Estados Unidos. Nesse contexto, são cruciais as seguintes ações, propostas na Estratégia 4 do Plano de Promoção da cidadania e Direitos Humanos de LGBTQI- Sensibilização e mobilização de atores estratégicos e da sociedade para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBTQI

Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade e da orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica. (BRASIL, 2009, p. 32)

Por fim, segundo Carvalho (2016), também é importante entender articulação entre construção cultural e educação de gênero e de heterossexismo, a fim de superar a homofobia, já que a instituição política da heterossexualidade constrói a sexualidade humana e o gendramento dos sujeitos, funcionando como um mecanismo de exclusão e opressão daqueles e daquelas que não se enquadram em suas determinações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que os docentes tenham conhecimento das questões que afetam essa parte da população, e que estes reflitam sobre, para que consigam trabalhar essa temática no ensino básico de forma planejada, para estimular os alunos dessa sociedade cada vez mais incluída aos processos da globalização, a desenvolverem o senso crítico e a capacidade de reflexão, com intuito de que construam o respeito para com essas minorias, e que respeitem as diferenças que estão dispostas de forma natural nesta sociedade, bem como consigam interpretar o preconceito em suas variadas performances, instigando a atuação intelectual nessas situações, de forma embasada em preceitos de cidadania e solidariedade para com o próximo.

## REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. Metodologia de projetos: Aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa. **Coleção Agrinho (s/d)**, 2015.

CARVALHO, RABAY, BRABO. Et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: Inclusão da Perspectiva da Diversidade Sexual e de Gênero na Educação e na Formação Docente**. João Pessoa: editora UFPB, 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Presidência da República, Secretaria dos Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. Metodologia Científica. - Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, Cacilda Lages - Significado e contribuições da afetividade, no contexto da Metodologia de Projetos, na Educação Básica, dissertação de mestrado – Capítulo 2, CEFET-MG, Belo Horizonte-MG, 2006.

SANTANA, Wêndeu. Et al. Direitos Humanos: A Liberdade Sexual trabalhada na sala de aula. SIPIBID. São Cristóvão – SE, 2018.